

PARECER N° /2020

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018**

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR ALINO COELHO

1. RELATÓRIO

Trata-se da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Unaí, relativa ao exercício de 2018, encaminhada a esta casa por imposição do artigo 96, XII, da Lei Orgânica do Município de Unaí.

Em cumprimento do dispositivo inserto no artigo 80, I, da Lei Orgânica Municipal, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apreciou as referidas contas na sessão plenária de 18 de dezembro de 2019 e emitiu Parecer Prévio pela sua aprovação. Por meio do Ofício n.º 9199/2020, de fl. 2, o Tribunal de Contas, encaminhou a esta Casa acesso do Processo n.º 1.072.408, que contém o Parecer Prévio da comissão designada para analisar as contas prestadas pelo Prefeito Municipal.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 12 de agosto de 2020 o Parecer Prévio acima citado, o processo foi convertido em diligência, em 17 de agosto de 2020, para solicitar o inteiro teor das contas do exercício de 2018.

A respectiva prestação de contas foi encaminhada através do Ofício n.º 150/2020/Segov e juntada ao Parecer Prévio. Assim, a matéria sob exame foi distribuída a esta Comissão, que me designou relator, para exame e parecer nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O foro legal para o tratamento da matéria encontra-se inserido nos artigos 96, XII, e 62, XI, da Lei Orgânica Municipal. O primeiro, artigo 96, XII, estabelece a obrigatoriedade de o

Sr. Prefeito prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa ordinária, as contas relativas ao exercício anterior. O segundo, artigo 62, XI, dispõe sobre a competência privativa da Câmara Municipal para julgar, anualmente, as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo.

Para execução dessa empreitada, a Câmara Municipal recebe o auxílio do Tribunal de Contas do Estado a quem, consoante disposição contida no artigo 80, I, da Lei Orgânica Local, compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Município e sobre elas emitir Parecer Prévio.

Este constitui importante subsídio para o Poder Legislativo exercer, de forma escorreita, sua prerrogativa legal, pois essa peça é elaborada por profissionais com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros.

No que se refere ao rito da análise, o artigo 162, I, da Lei Orgânica do Município de Unaí, prevê que caberá à Comissão Técnica Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal examinar e emitir parecer sobre as contas prestadas pelo Sr. Prefeito.

A tramitação das contas na referida Comissão é regulada pela Resolução n.º 195, de 25 de novembro de 1992, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Unaí. O artigo 227 prevê que recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Prefeito, o Presidente da Câmara determinará sua distribuição em avulsos, encaminhando o processo a esta Comissão para, em trintas dias, emitir parecer, que concluirá por projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas na Comissão (Artigo 228 da mesma resolução).

A competência desta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se expressa no art. 102, II, “i”, da Resolução n.º 195/92, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

i) examinar as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara ou de qualquer

responsável pela ordenação de despesa e manifestar-se sobre o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Município.

Após fazer essas considerações legais sobre a matéria em questão, passa-se agora ao exame de mérito.

Considerando que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, de fls. 2/155, já apurou, corretamente, com base na documentação da prestação de contas, de fls. 161/223, o cumprimento por parte do Sr. Prefeito dos principais aspectos da responsabilidade na gestão fiscal, tais como: abertura de créditos adicionais em conformidade com Lei n.º 4.320/1964 (fls. 10/17); repasse efetuado à Câmara Municipal dentro do limite previsto no artigo 29-A da Constituição Federal de 1988 - CF/88 (fl. 18); aplicação do mínimo exigido pela CF/88 na manutenção e desenvolvimento do ensino (fls. 19/25); aplicação do mínimo exigido nas ações e serviços públicos de saúde (fls. 26/32); dispêndio com pessoal dentro do limite estabelecido pelo Lei de Responsabilidade Fiscal para o Poder Executivo, Poder Legislativo e Município (fls. 33/39); e Relatório de Controle Interno abordando todos os itens exigidos pela Instrução Normativa n.º 4, de 29 de novembro de 2017.

Além disso, o Parecer Prévio aponta que o Município não cumpriu integralmente a Metas 1 e 18 do PNE – Plano Nacional de Educação e atingiu o conceito “B” no IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

Considerando que todos os limites legais foram cumpridos, a manifestação do Ministério Público de Contas pela aprovação das contas, bem como a emissão de Parecer Prévio pela Aprovação das Contas, por parte do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, não se verifica óbices para a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Unaí referentes ao exercício de 2018.

3. CONCLUSÃO

Pelas razões expendidas, voto pela aprovação das contas prestadas do Sr. Prefeito, relativas ao exercício de 2018, acompanhando, na íntegra, o Parecer Prévio, decorrente do Processo n.º 1.072.408, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a ser formalizada nos moldes do Projeto de Decreto Legislativo abaixo que, nos termos do dispositivo inserto no artigo 147 c/c

artigo 227 do Regimento Interno desta Casa, ficará fazendo parte da presente manifestação.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 2 de setembro de 2020.

VEREADOR ALINO COELHO
Relator Designado

Aprova as contas da Prefeitura de Unaí, relativas ao exercício de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “d” do inciso I do artigo 80 da Resolução n.º 195, de 25 de novembro de 1992, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura de Unaí, relativas ao exercício de 2018, acompanhando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, decorrente do Processo n.º 1.072.408.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Unaí, 2 de setembro de 2020; 76º da Instalação do Município.

VEREADOR ALINO COELHO
Relator Designado